

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025
Abel Figueiredo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

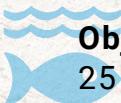
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Abel Figueiredo (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Abel Figueiredo manteve relativa estabilidade entre 2019 (55,6%) e 2021 (56,8%), mas apresentou forte aumento em 2022, atingindo o pico de 90%. Esse salto abrupto contrasta com o padrão da Região de Integração do Rio Capim, que variou entre 44,2% (2019) e 43,8% (2021), também com elevação em 2022 (63,1%). O estado do Pará seguiu trajetória similar, crescendo de 41,9% em 2019 para 59,2% em 2022. Esses dados apontam para o agravamento das condições socioeconômicas durante o período mais crítico da pandemia (Gráfico 1).

Em 2023, houve retração das taxas de pobreza nas três esferas territoriais. Abel Figueiredo reduziu para 66,6%, a RI Rio Capim para 46,3% e o Pará para 43,8%, sinalizando uma recuperação parcial. Apesar disso, o município permanece com níveis muito superiores aos da média estadual e regional. Essa diferença acentuada pode refletir desigualdades estruturais locais, como dependência de renda informal e acesso limitado a políticas compensatórias. O acompanhamento contínuo desse indicador é essencial para subsidiar políticas sociais mais eficazes no município (Gráfico 1).

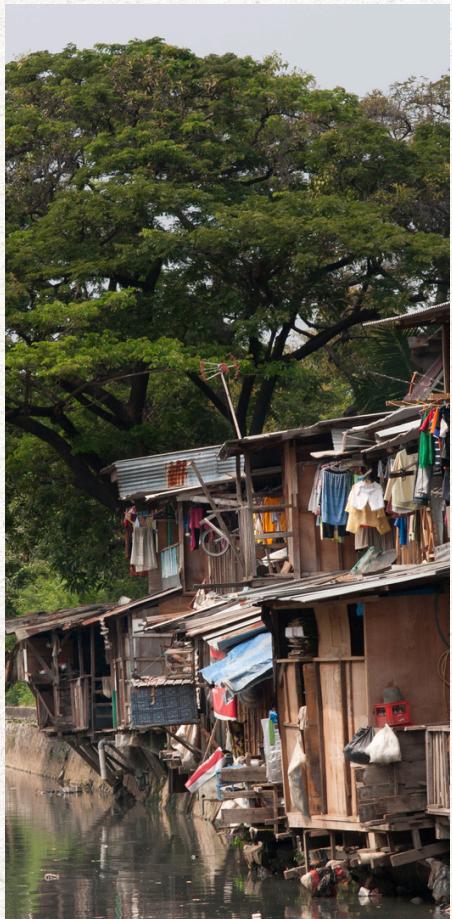
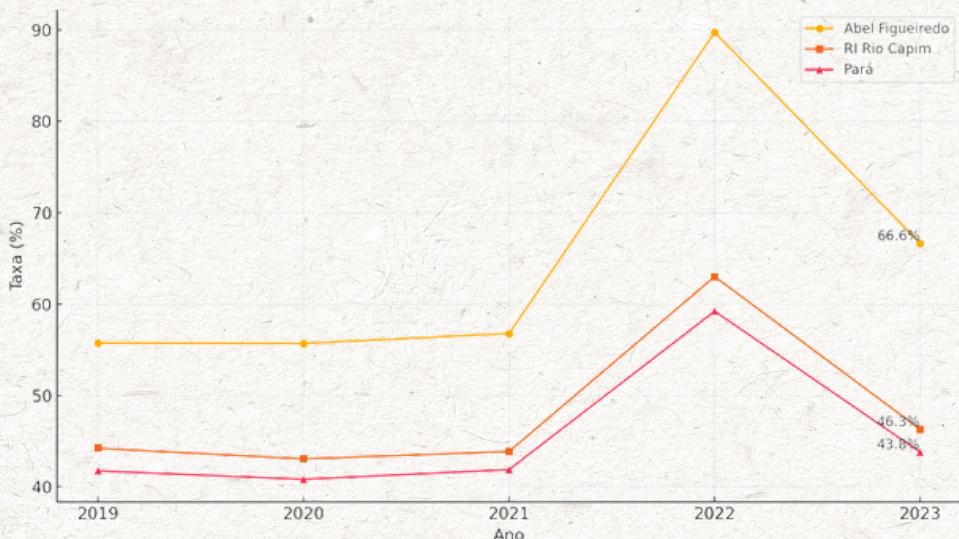




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Abel Figueiredo oscilaram bastante entre 2019 e 2023. Em 2019, o índice era de 61,8%, mas caiu bruscamente para 38,7% em 2020, possivelmente em função de redirecionamentos orçamentários ou retração de receitas. A partir de 2021, houve recuperação expressiva (67,5%), com continuidade em 2022 (65,3%) e 2023 (67,7%), ultrapassando inclusive os percentuais estaduais. Já a RI Rio Capim manteve maior estabilidade, variando entre 65,2% e 66% (Gráfico 2).

No estado do Pará, o percentual de despesas com serviços essenciais mostrou variações discretas. O indicador passou de 62,5% em 2019 para 60,9% em 2023, com tendência de leve queda nos últimos anos. A consistência da RI Rio Capim e do estado contrasta com a volatilidade de Abel Figueiredo. A elevação contínua após 2020 no município pode representar um esforço de recomposição orçamentária com foco em saúde, educação e assistência. Tal comportamento deve ser mantido para garantir maior proteção social e melhoria nos indicadores de bem-estar (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

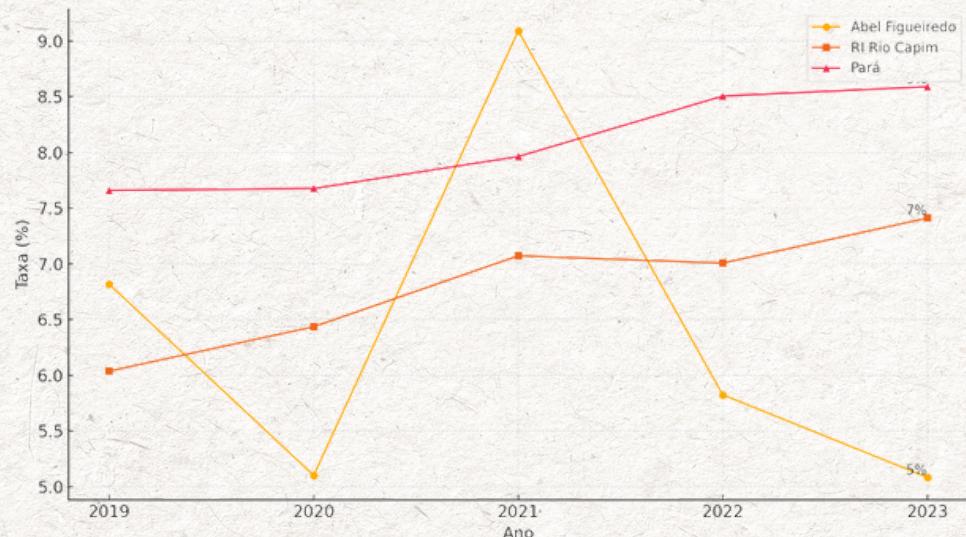
A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Abel Figueiredo teve variação acentuada no período. Em 2019, a taxa era de 6,8%, caindo para 5,1% em 2020, mas saltando para 9,1% em 2021. Em 2022, houve queda para 5,8% e, em 2023, a taxa atingiu 5%. Essa oscilação intensa pode estar relacionada à qualidade e cobertura dos serviços de atenção pré-natal, ou ainda à vulnerabilidade socioeconômica da população (Gráfico 3).

A Região de Integração Rio

Capim apresentou trajetória mais estável, partindo de 6,1% em 2019 para 7% em 2023, com tendência crescente. Já o estado do Pará apresentou aumento contínuo ao longo do tempo, de 7,7% em 2019 para 9% em 2023. Comparativamente, Abel Figueiredo apresenta taxas mais baixas em 2023, porém com maior instabilidade. A evolução do indicador demanda atenção contínua, sobretudo para garantir regularidade e qualidade na assistência materno-infantil no município (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

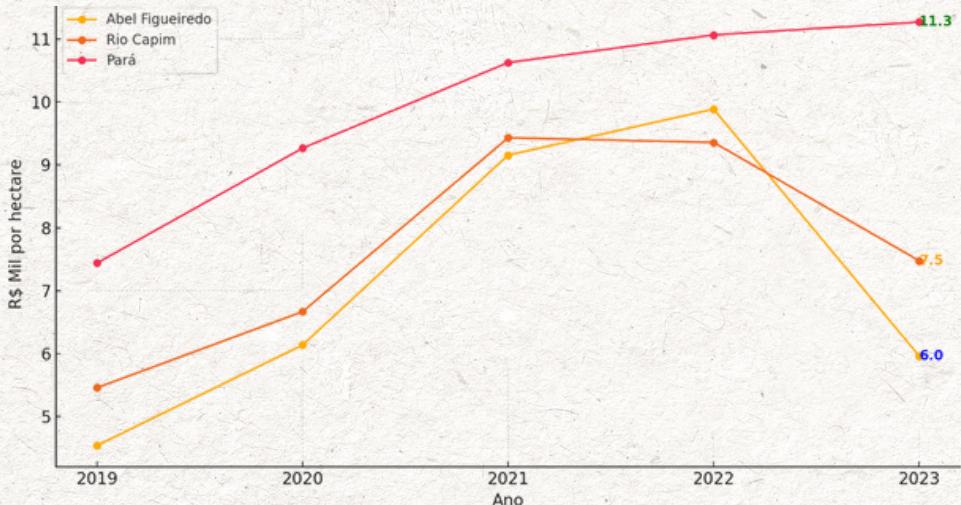


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Abel Figueiredo cresceu de R\$ 4,6 mil/ha em 2019 para R\$ 9,9 mil/ha em 2022, refletindo expansão da produção ou ganhos de eficiência no uso da terra. Entretanto, em 2023, houve queda acentuada para R\$ 6 mil/ha, apontando possível impacto climático, problemas logísticos ou redução no investimento produtivo. A RI Rio Capim teve comportamento semelhante: crescimento até 2021 (R\$ 9,4 mil/ha), leve recuo em 2022 e queda mais significativa em 2023 (R\$ 7,5 mil/ha) (Gráfico 4).

Já o estado do Pará manteve trajetória ascendente durante todo o período analisado. A produtividade passou de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, com incrementos anuais consistentes. Esse padrão indica que a média estadual está menos sujeita a oscilações abruptas e pode refletir maior diversificação agrícola e capacidade de resposta. A comparação evidencia que Abel Figueiredo tem potencial produtivo, mas vulnerável a choques conjunturais. Investimentos em infraestrutura rural e assistência técnica podem mitigar essa volatilidade (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

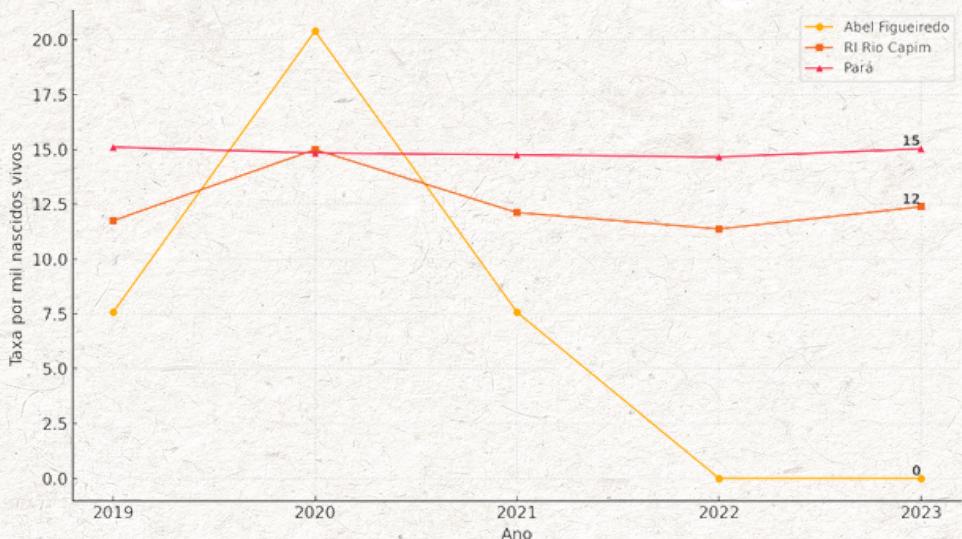
Em Abel Figueiredo, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 7,6 por mil nascidos vivos, subindo fortemente para 20,5 em 2020, possivelmente devido aos impactos da pandemia sobre os serviços de saúde infantil. A partir de 2021, o indicador caiu acentuadamente para 7,6 e, em 2022 e 2023, estabilizou-se em 0, indicando ausência de óbitos infantis registrados. A RI do Rio Capim teve trajetória mais estável, variando entre 11,4 (2022) e 14,8 (2020), encerrando 2023 com 12. No estado do Pará, a taxa oscilou pouco, ficando entre 14,6 e 15 (Gráfico 5).

A redução para zero em Abel Figueiredo nos últimos dois anos é um dado significativo, mas deve ser analisado com cautela. Resultados tão baixos podem estar associados a populações pequenas ou subnotificações. Ainda assim, a tendência de queda é positiva, especialmente em contraste com a estabilidade observada na média estadual. Os dados sugerem uma possível melhora na atenção básica e neonatal no município. A manutenção dessa tendência depende da continuidade de políticas públicas eficazes. Monitorar a consistência das informações também é essencial para garantir a fidedignidade dos dados (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

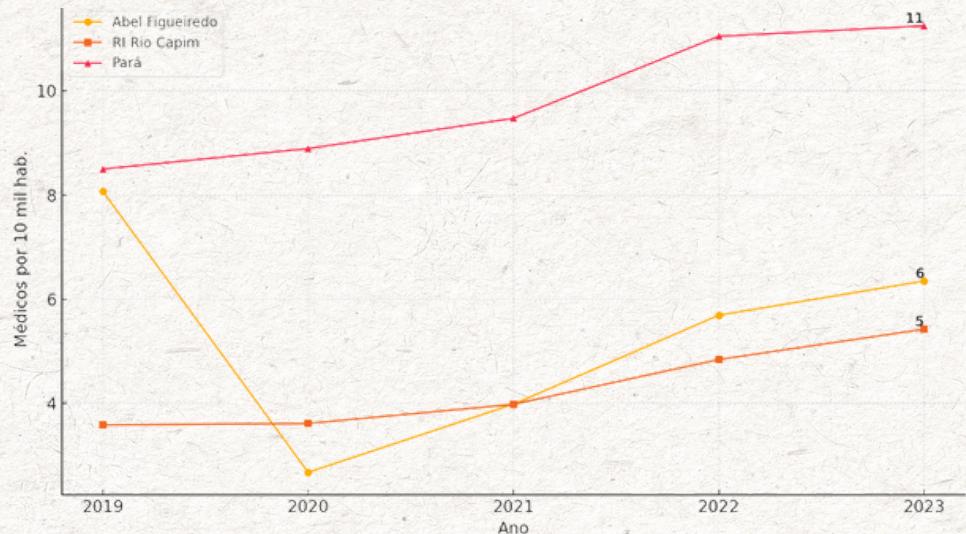
Abel Figueiredo apresentou variações relevantes no número de médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2023. O município iniciou com 8,1 médicos em 2019, mas sofreu queda para 2,7 em 2020, o menor valor da série. A partir de 2021, o número voltou a crescer: 3,9 (2021), 5,7 (2022), e 6,3 em 2023. A RI do Rio Capim teve crescimento mais gradual, indo de 3,6 (2019) para 5 em 2023. Já o estado do Pará registrou aumento contínuo, partindo de 8,5 (2019) e alcançando 11 em 2023 (Gráfico 6).

A recuperação do número de médicos em Abel Figueiredo após 2020 indica es-

forços de recomposição da equipe de saúde. No entanto, o município ainda se mantém abaixo da média estadual, o que pode comprometer a qualidade e o acesso ao atendimento médico. A queda brusca em 2020 pode estar relacionada a fatores como evasão de profissionais ou restrições contratuais durante a pandemia. A ampliação do número de médicos deve permanecer como prioridade para fortalecer a atenção primária. Investimentos em fixação de profissionais e estrutura hospitalar podem potencializar esse avanço (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, Abel Figueiredo iniciou com 235 vagas por mil habitantes, seguindo de ligeiras quedas até 2022, quando o indicador chegou a 219. No entanto, em 2023, houve um aumento expressivo para 252 vagas, superando largamente os demais recortes territoriais. A RI Rio Capim oscilou entre 210 e 232 vagas no período, terminando 2023 com 210. Já o estado do Pará mostrou tendência de queda, partindo de 211 (2019) para 198 (2023), o menor valor da série (Gráfico 7).

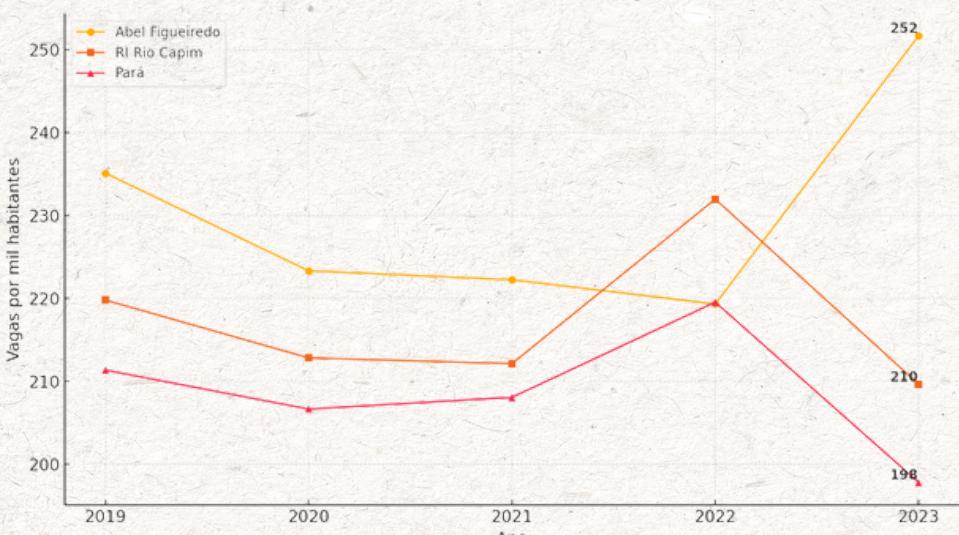
A expansão abrupta de vagas em 2023 em Abel Figuei-

redo pode estar ligada à construção de novas escolas, ampliação de turnos ou programas de recomposição de matrícula pós-pandemia. Essa elevação representa um esforço importante de recuperação e ampliação do acesso educacional. Ainda assim, é fundamental avaliar se o aumento acompanha também melhorias na qualidade do ensino. Em comparação com a tendência de queda no estado, o desempenho do município se destaca positivamente. O desafio agora é manter essa oferta com infraestrutura e profissionais adequados (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 252 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

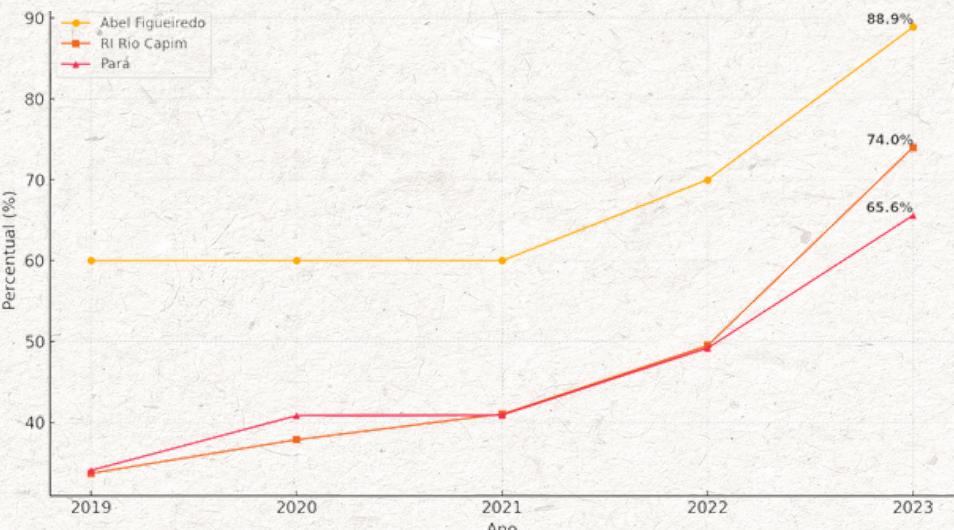
O percentual de escolas com acesso à internet em Abel Figueiredo manteve-se estável entre 2019 e 2021, com 60%. Em 2022, subiu para 70%, chegando a 88,9% em 2023, o maior valor entre os recortes analisados. A RI Rio Capim saiu de 33,3% (2019) para 74% (2023), enquanto o estado do Pará evoluiu de 33,3% para 65,6% no mesmo intervalo. Todos os territórios apresentaram crescimento, mas Abel Figueiredo se destaca por ter iniciado com patamar mais alto e mantido liderança (Gráfico 8).

A expressiva ampliação do acesso à inter-

net nas escolas reflete investimentos em infraestrutura digital, essenciais para a inclusão educacional, especialmente no pós-pandemia. O salto entre 2021 e 2023 demonstra forte avanço em conectividade, o que pode contribuir significativamente para a qualidade do ensino e a adoção de recursos tecnológicos. A diferença positiva em relação ao estado do Pará (mais de 23 pontos percentuais) mostra protagonismo local na área. Resta agora garantir o uso pedagógico efetivo dessa conectividade, com capacitação docente e acesso a plataformas educacionais (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

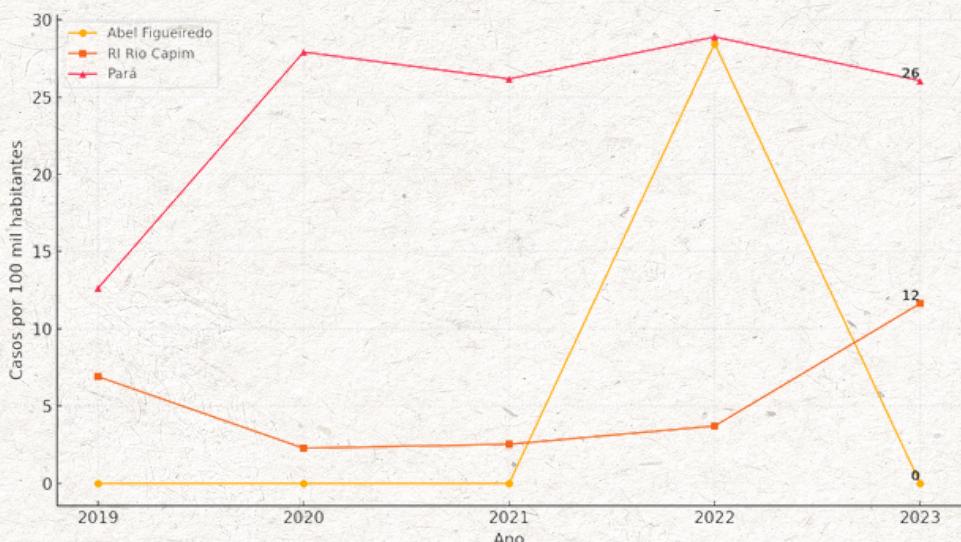


Em Abel Figueiredo, o número de casos de violência contra mulheres por parceiros foi nulo entre 2019 e 2021. Em 2022, o município apresentou um salto expressivo, atingindo 28,6 casos por 100 mil habitantes, voltando a zero em 2023. Essa oscilação extrema pode refletir tanto uma real flutuação nos registros quanto fragilidades nos mecanismos de denúncia ou inconsistências nos dados. Na RI do Rio Capim, os valores foram mais constantes, iniciando com 7,0 (2019) e encerrando com 12,0 (2023), após pequena queda e retomada. Já o estado do Pará registrou crescimento entre 2019 (12,7) e 2022 (29,0), com leve recuo para 26 em 2023 (Gráfico 9).



Os dados estaduais e regionais apontam para tendência de crescimento no registro ou ocorrência de casos, enquanto Abel Figueiredo apresenta grande volatilidade, que requer análise qualitativa complementar. A elevação em 2022 pode ter sido resultado de campanhas de conscientização ou fortalecimento da rede de apoio, seguidos por subnotificação no ano seguinte. A ausência de casos em 2023 não deve ser interpretada como erradicação do problema, mas como sinal de alerta para monitoramento contínuo. A adoção de políticas públicas permanentes e serviços especializados é essencial para prevenir e enfrentar essa forma de violência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

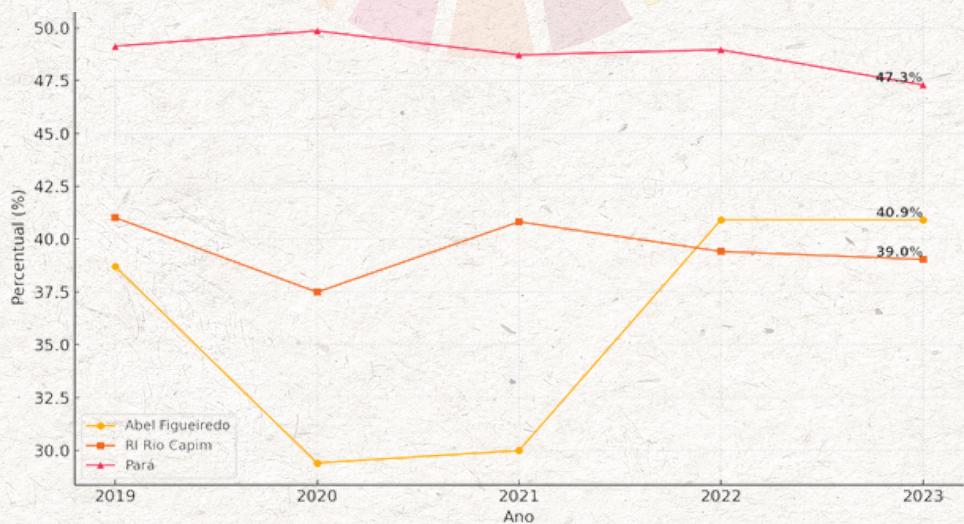
Em Abel Figueiredo, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 38,6% (2019), caiu para 29% em 2020, e manteve crescimento até atingir 40,9% nos anos de 2022 e 2023. A Região de Integração Rio Capim variou entre 37,6% (2020) e 40,8% (2021), encerrando 2023 com 39%. Já o estado do Pará manteve-se acima dos demais territórios durante todo o período, variando entre 47,3% (2023) e 49,5% (2020). A média estadual é relativamente alta, com leve tendência de queda nos últimos dois anos (Gráfico 10).





A elevação em Abel Figueiredo a partir de 2021 é um sinal positivo de inclusão e avanço na equidade de gênero nas posições de liderança. No entanto, os dados ainda mostram que o município está abaixo da média estadual, revelando persistência de desigualdade estrutural no acesso feminino aos cargos de decisão. A equiparação de oportunidades exige continuidade em políticas afirmativas, formação profissional e visibilidade institucional. O fortalecimento da presença feminina em espaços de liderança contribui não apenas para a justiça social, mas também para a melhoria da governança pública e privada (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

A cobertura de coleta de esgoto entre a população de baixa renda em Abel Figueiredo subiu de 1,4% em 2019 para 2,1% em 2023, com oscilações leves ao longo dos anos. A RI do Rio Capim teve crescimento mais consistente: de 1,2% em 2019 para 2,3% em 2023. Já o estado do Pará apresentou expansão significativa, partindo de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023. Essa diferença evidencia disparidades relevantes no acesso a infraestrutura básica de saneamento (Gráfico 11).

Apesar do pequeno avanço, os números de Abel Figueiredo ainda revelam um cenário de baixa cobertura entre a população mais vulnerável. O município está bem abaixo da média estadual, o que compromete a saúde pública e a dignidade dessa parcela da população. A ampliação da coleta de esgoto deve ser prioridade nas políticas locais de saneamento, especialmente em áreas periféricas. Investimentos contínuos são fundamentais para reduzir desigualdades e promover justiça ambiental. O crescimento mais expressivo em nível estadual indica que há espaço e modelos a serem seguidos localmente (Gráfico 11).

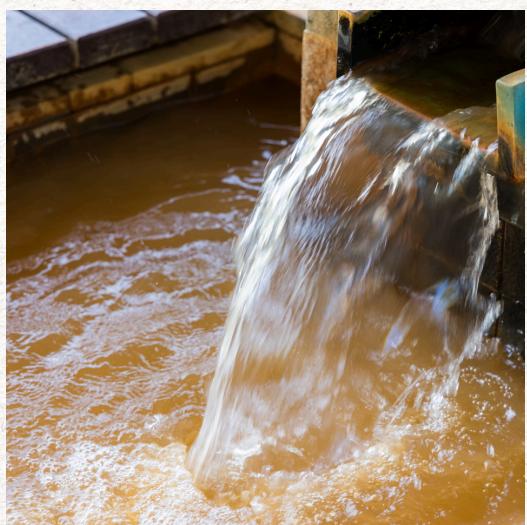
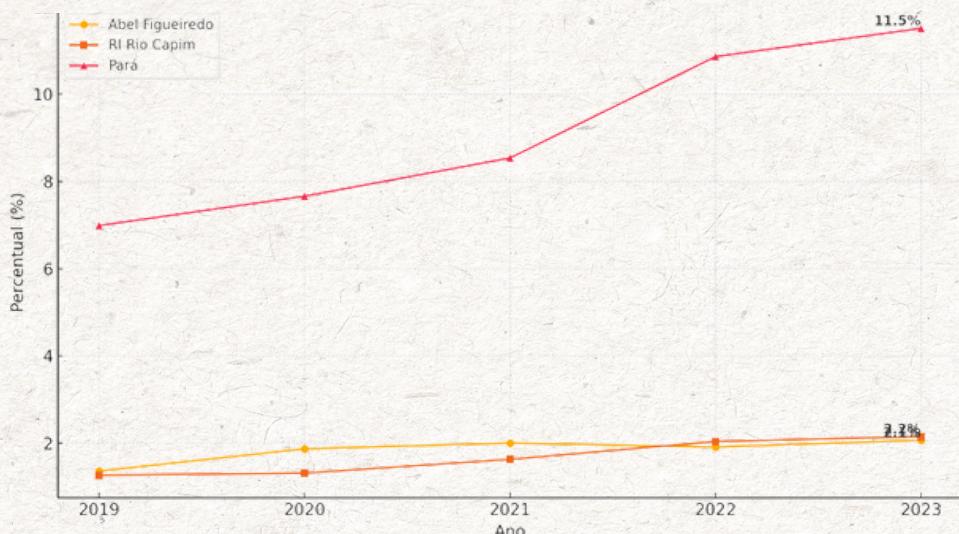




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Abel Figueiredo x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

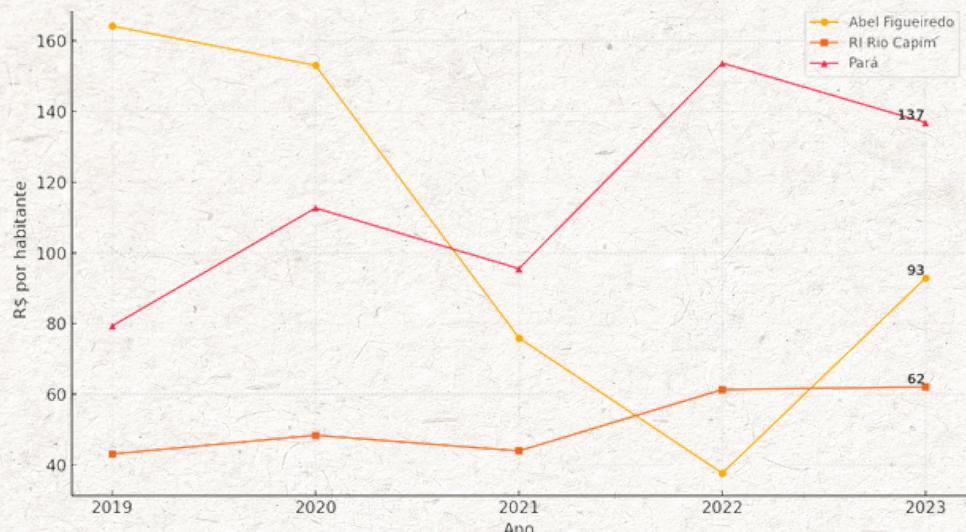
O gasto com saneamento básico per capita em Abel Figueiredo caiu drasticamente de R\$ 164,9 em 2019 para R\$ 36,9 em 2022, com recuperação parcial em 2023, atingindo R\$ 93,2. Essa trajetória contrasta com a RI do Rio Capim, que manteve valores estáveis, variando entre R\$ 43 e R\$ 62 no período. Já o estado do Pará apresentou crescimento significativo: de R\$ 79,7 em 2019 para R\$ 154,6 em 2022, com pequena retração para R\$ 137,2 em 2023. Essa evolução estadual sugere priorização do tema na agenda pública (Gráfico 12).

A redução nos investimentos em Abel Figueiredo coincide com os baixos índices de cobertura de esgoto, sugerindo possível correlação entre gasto e resultado. A retomada dos aportes em 2023 é um indicativo positivo, mas ainda insuficiente frente à defasagem acumulada. O município precisa garantir continuidade e ampliação dos recursos alocados ao setor, priorizando áreas de maior vulnerabilidade. O contraste com o crescimento estadual aponta para uma oportunidade de readequação local, com base em experiências exitosas em outros territórios. (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 93/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

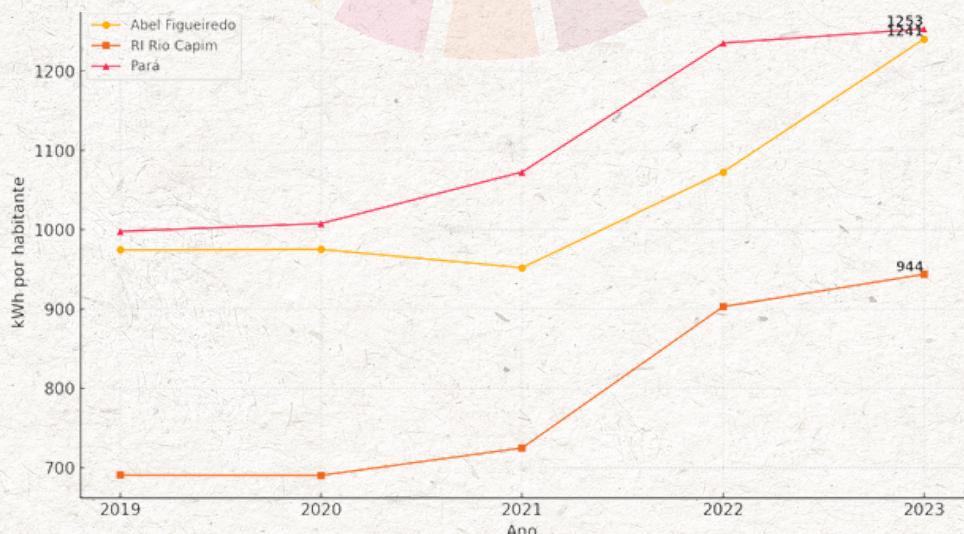
Em Abel Figueiredo, o consumo de energia elétrica per capita manteve-se estável entre 2019 e 2020, com 975 kWh/hab., apresentando uma ligeira queda em 2021, quando atingiu 952 kWh/hab. A partir de 2022, iniciou-se uma trajetória de crescimento mais acentuada, com 1.073 kWh/hab., e culminando em 2023 com 1.241 kWh/hab. Esse aumento de 27,6% entre 2021 e 2023 revela uma intensificação no uso de energia no município. Já na Região de Integração Rio Capim, o consumo evoluiu de 686 kWh/hab. em 2019 para 944 kWh/hab. em 2023. O cresci-



mento foi gradual até 2021 (727 kWh/hab.), mas acelerou nos dois anos seguintes, com 900 kWh/hab. em 2022 e 944 kWh/hab. em 2023, representando um aumento total de 37,6% no período (Gráfico 13).

No estado do Pará, o indicador partiu de 995 kWh/hab. em 2019 e chegou a 1.253 kWh/hab. em 2023, com crescimento contínuo. O valor manteve-se praticamente estável até 2020 (1.005 kWh/hab.), mas subiu para 1.071 kWh/hab. em 2021, avançando mais significativamente para 1.239 kWh/hab. em 2022 e encerrando em 1.253 kWh/hab. em 2023. O aumento total foi de 25,9% no quinquênio. A análise dos três recortes territoriais revela que Abel Figueiredo se aproximou da média estadual em 2023, superando inclusive a média da RI (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.241 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

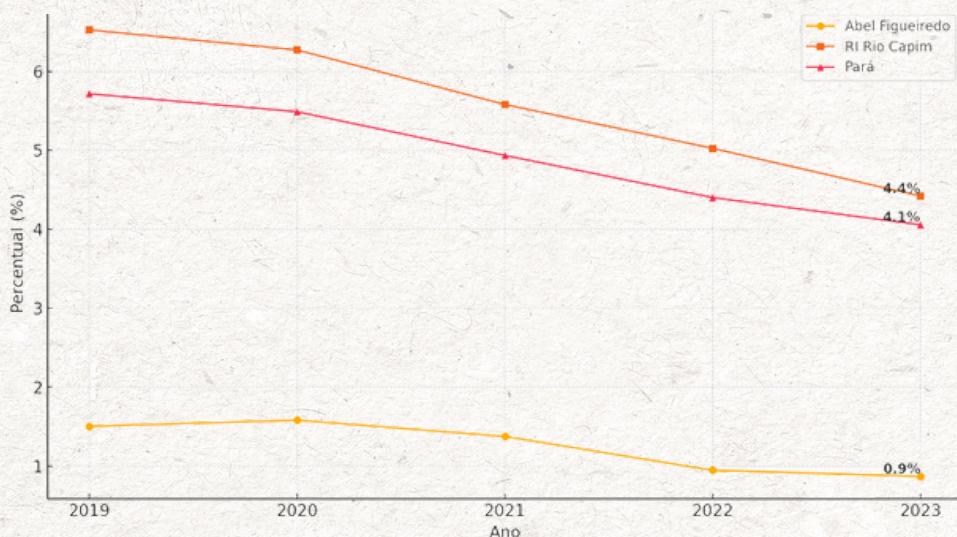
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Abel Figueiredo, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil era de 1,5% em 2019 e aumentou ligeiramente para 1,6% em 2020. A partir de 2021, iniciou-se uma queda significativa: o valor recuou para 1,4%, atingiu 1,0% em 2022 e chegou a apenas 0,9% em 2023. A redução total no período foi de 0,6 ponto percentual, equivalente a uma queda de 40%. Isso indica avanços concretos na universalização do acesso à energia elétrica, especialmente para a população mais vulnerável. Comparativamente, a RI Rio Capim iniciou com 6,5% em 2019 e reduziu para 6,3% em 2020, 5,6% em 2021, 5,1% em 2022 e 4,4% em 2023, caindo 2,1 pontos percentuais no período (Gráfico 14).



Já no estado do Pará, o indicador caiu de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, apresentando um comportamento de queda contínua ano a ano: 5,5% em 2020, 4,9% em 2021 e 4,4% em 2022. A redução acumulada de 1,6 ponto percentual (28%) sinaliza avanços em políticas públicas de combate à pobreza energética e substituição de fontes poluentes por soluções elétricas mais seguras. Ainda que os percentuais da RI e do estado sejam mais elevados, a tendência de queda nos três níveis territoriais aponta para progresso contínuo (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

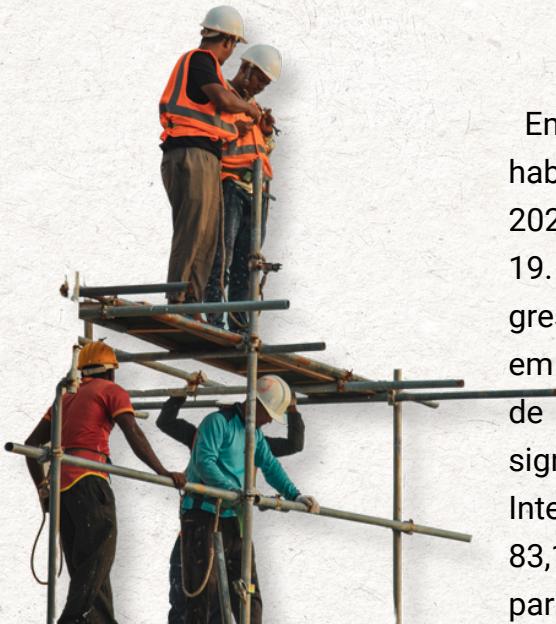


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



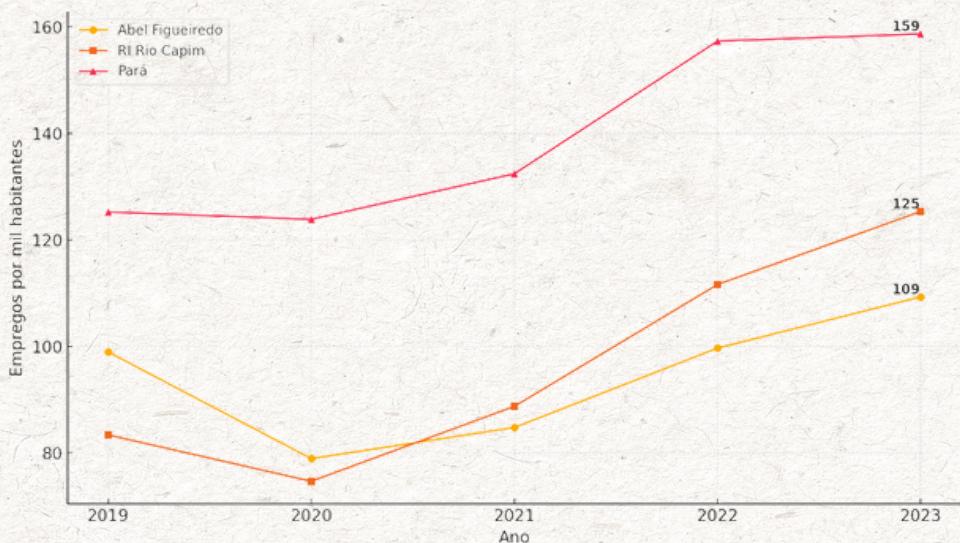
Em Abel Figueiredo, o número de empregos formais por mil habitantes era de 99,2 em 2019, mas caiu para 79,3 em 2020, refletindo os impactos iniciais da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, iniciou-se uma recuperação progressiva: 85,1 empregos em 2021, 100,0 em 2022 e 109,2 em 2023. No total, o município apresentou um crescimento de 37,7% entre 2020 e 2023, evidenciando uma retomada significativa da formalização do trabalho. Na Região de Integração Rio Capim, a evolução foi semelhante: partiu de 83,1 empregos formais por mil habitantes em 2019, caiu para 75,0 em 2020 e cresceu até atingir 125,0 em 2023 (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

O estado do Pará manteve-se acima das médias municipal e regional durante todo o período. Em 2019, o estado apresentava 125,3 empregos formais por mil habitantes, com uma leve queda em 2020 (124,2), seguida de crescimentos constantes: 132,4 em 2021, 157,4 em 2022 e 158,8 em 2023. Isso representa um aumento de 27,9% no período, inferior ao crescimento da RI e de Abel Figueiredo, que estavam em patamares mais baixos. A convergência entre os três territórios, especialmente a forte expansão da formalização do emprego na região e no município, sinaliza uma recuperação econômica mais inclusiva e com distribuição mais homogênea da geração de postos de trabalho formais (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 109 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

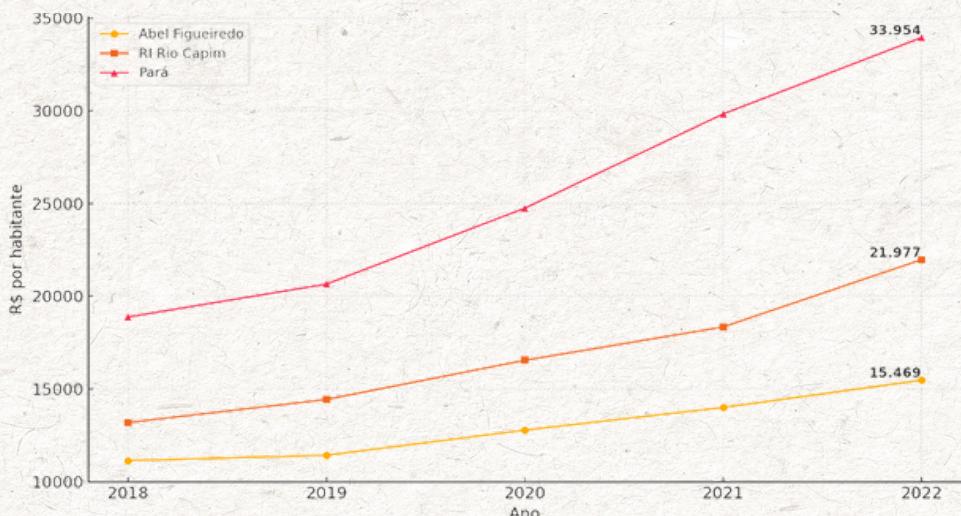
O PIB per capita de Abel Figueiredo apresentou crescimento contínuo entre 2018 e 2022. Em 2018, era de R\$ 11.129 e manteve um crescimento moderado até 2019 (R\$ 11.349). A partir de 2020, o avanço se intensificou: R\$ 12.778 em 2020, R\$ 14.140 em 2021 e R\$ 15.469 em 2022. O aumento acumulado no período foi de 38,9%, indicando uma expansão importante da atividade econômica por habitante no município. Ainda que os valores absolutos estejam abaixo das médias estadual e regional, a taxa de crescimento é um sinal positivo de dinamismo econômico local (Gráfico 16).



Na RI Rio Capim, o crescimento também foi consistente: o PIB per capita passou de R\$ 13.214 em 2018 para R\$ 21.977 em 2022, um aumento de 66,3%. O ritmo de crescimento foi mais acelerado que em Abel Figueiredo, com destaque para os anos de 2020 (R\$ 16.572) e 2022 (R\$ 21.977). Já o estado do Pará apresentou o maior patamar e o maior crescimento absoluto: R\$ 18.976 em 2018 e R\$ 33.954 em 2022, com avanço de 78,9%. Esse desempenho estadual reflete a força de setores como mineração e energia, que puxaram o crescimento do PIB, sobretudo entre 2020 e 2022 (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15.469/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



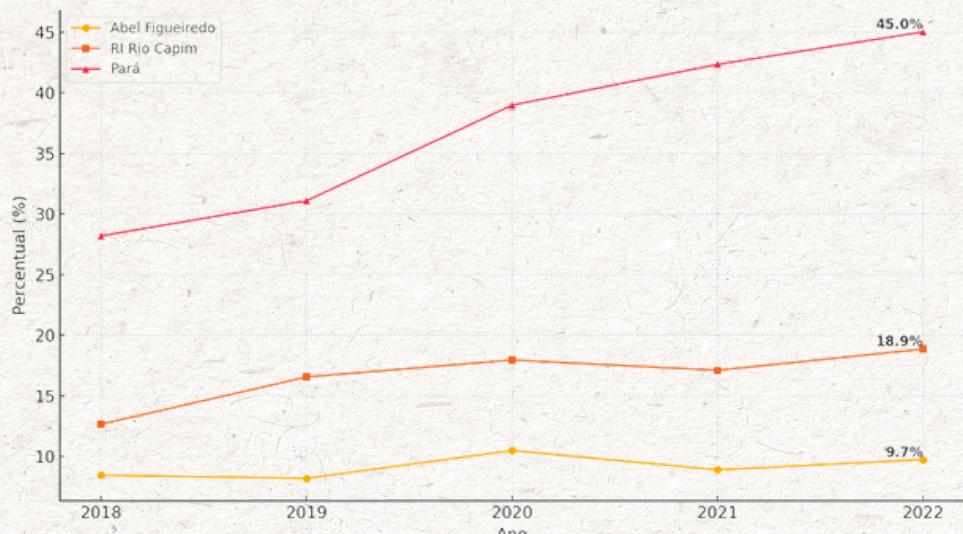
Em Abel Figueiredo, a participação da indústria no PIB teve oscilação entre 2018 e 2022. Em 2018, era de 8,5% e caiu para 8,25 em 2019. A partir de 2020, houve uma leve recuperação, com 10,5%, seguida por nova queda para 8,9% em 2021, e finalmente 9,7% em 2022. A variação total no período foi pequena, indicando certa estabilidade da indústria local na composição econômica do município. Apesar disso, os valores se mantêm abaixo da média estadual, sinalizando uma baixa industrialização relativa (Gráfico 17).

Na Região de Integração Rio Capim, a participação industrial foi mais expressiva: partiu de 12,7% em 2018, subiu para 16,6% em 2019, 18,0% em 2020 e alcançou 17,2% em 2021. Em 2022, atingiu o pico de 18,9%, mantendo um patamar elevado. No estado do Pará, a indústria representava 28,2% do PIB em 2018 e cresceu para 45,0% em 2022, com aumentos consecutivos ao longo do período. Isso indica a relevância crescente do setor industrial na economia estadual, especialmente em segmentos extractivos e de transformação, que vêm impulsionando o desenvolvimento regional e contribuindo para a elevação do PIB per capita (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Abel Figueiredo, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes começou em 12,0 em 2019, sofreu queda expressiva para 6,2 em 2020, mas passou a apresentar recuperação: 9,9 em 2021, 10,6 em 2022 e 14,0 em 2023. Isso representa um crescimento de 125,8% entre 2020 e 2023, indicando a ampliação



do acesso à formação e inserção desses profissionais no município. Já a Região de Integração Rio Capim iniciou com 8,7 profissionais em 2019, caiu para 7,5 em 2020 e subiu gradualmente para 9,8 em 2021, 11,3 em 2022 e 16,0 em 2023 (Gráfico 18).



O estado do Pará, por sua vez, manteve-se com os maiores valores ao longo de toda a série. Partiu de 16,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, teve leve recuo para 16,1 em 2020, mas avançou para 17,8 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,1 em 2023. A elevação de 27,0% no estado foi mais moderada em comparação ao município e à RI, que partiam de patamares inferiores. A convergência dos valores entre os territórios revela uma interiorização dos profissionais da ciência, o que pode estar associado a políticas de descentralização da pesquisa, expansão da educação superior e incentivo à inovação nos municípios menores (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





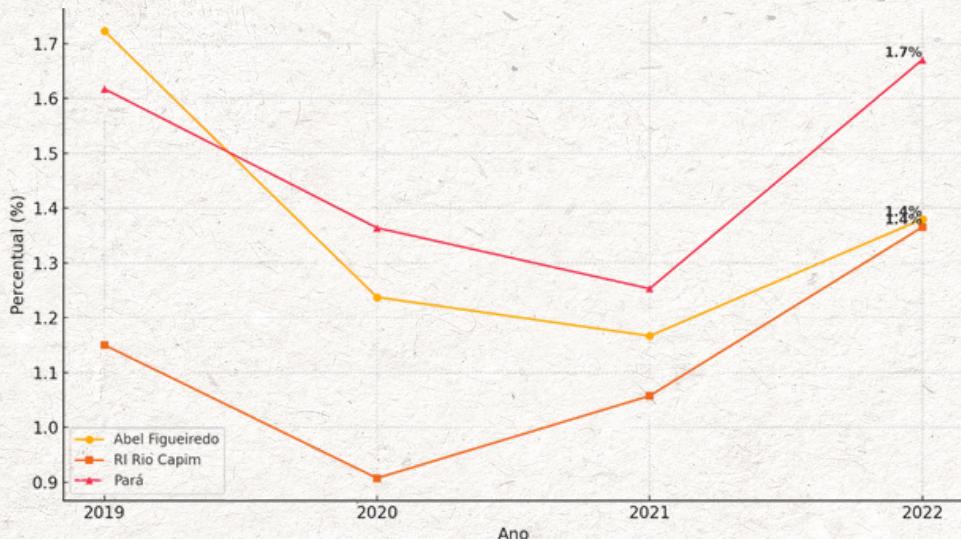
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Abel Figueiredo, a massa salarial dos vínculos formais correspondia a 1,72% do PIB em 2019. Em 2020, sofreu forte retração, caindo para 1,24%, e atingiu seu menor valor em 2021, com 1,17%. Já em 2022, houve recuperação, alcançando 1,40%, valor ainda inferior ao início da série, mas com tendência de retomada. O comportamento reflete os impactos da pandemia no mercado de trabalho formal e a lenta recomposição da participação dos salários na economia local (Gráfico 19).

Na Região de Integração Rio Capim, a trajetó-

tória foi semelhante. Partiu de 1,15% em 2019, recuou para 0,90% em 2020, subiu levemente para 1,06% em 2021 e encerrou em 2022 com 1,43%, muito próximo do índice de Abel Figueiredo. Já o estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, caiu para 1,36% em 2020 e 1,26% em 2021, antes de registrar forte crescimento em 2022, atingindo 1,70%. Essa oscilação revela que, embora o PIB tenha crescido, a participação da massa salarial formal ainda é baixa e sujeita a choques econômicos (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

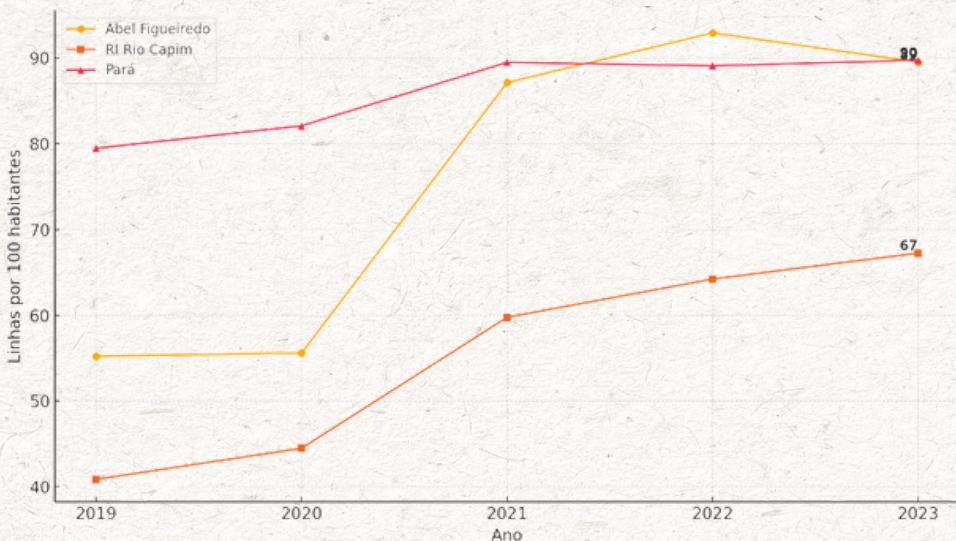
Abel Figueiredo apresentou crescimento significativo no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2021. O município partiu de 55,3 linhas por 100 habitantes em 2019 e manteve-se estável em 2020. Em 2021, saltou para 87,5 linhas, atingindo o pico de 93,0 em 2022, antes de recuar ligeiramente para 89,6 em 2023. Esse crescimento de mais de 60% no período evidencia maior conectividade e acesso à comunicação, superando a média estadual a partir de 2021 (Gráfico 20).

A Região de Integração Rio Capim teve avanço contínuo, mas em menor magnitude, iniciando com 40,9 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 67,0 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 79,7 em 2019 e teve crescimento mais modesto, atingindo 89,6 em 2023. O comportamento geral indica avanço da conectividade em todos os níveis, com destaque para o salto expressivo de Abel Figueiredo, que passou a superar tanto a RI quanto o próprio estado nos últimos anos da série (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

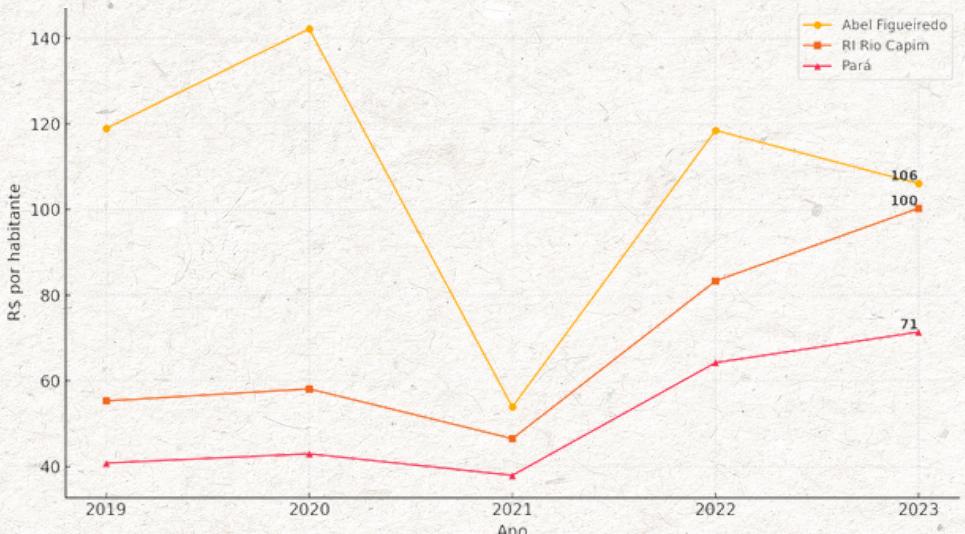
Abel Figueiredo iniciou 2019 com despesa pública per capita de R\$ 118,60 e registrou aumento em 2020, chegando a R\$ 142,15. Em 2021, houve uma queda brusca para R\$ 54,54, seguida de nova elevação para R\$ 118,05 em 2022 e redução moderada para R\$ 106,13 em 2023. Apesar das oscilações, o patamar final permaneceu elevado, apontando para a priorização relativa dessas áreas no orçamento municipal. A Região de Integração Rio Capim teve trajetória mais estável e crescente, saindo de R\$ 55,1 em 2019 para R\$ 100,4 em 2023 (Gráfico 21).

Já o estado do Pará apresentou cresci-

mento contínuo: partiu de R\$ 40,5 em 2019, avançou para R\$ 43,0 em 2020, caiu ligeiramente em 2021 (R\$ 37,1), mas acelerou em 2022 e 2023, alcançando R\$ 71,1. Esse comportamento reflete o fortalecimento de políticas públicas voltadas à cultura e ao meio ambiente, com destaque para a retomada dos investimentos após 2021. A análise mostra que, embora o estado ainda registre menores valores absolutos, há uma tendência de aproximação com as médias regionais, enquanto Abel Figueiredo lidera os investimentos nesse segmento (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 106/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.



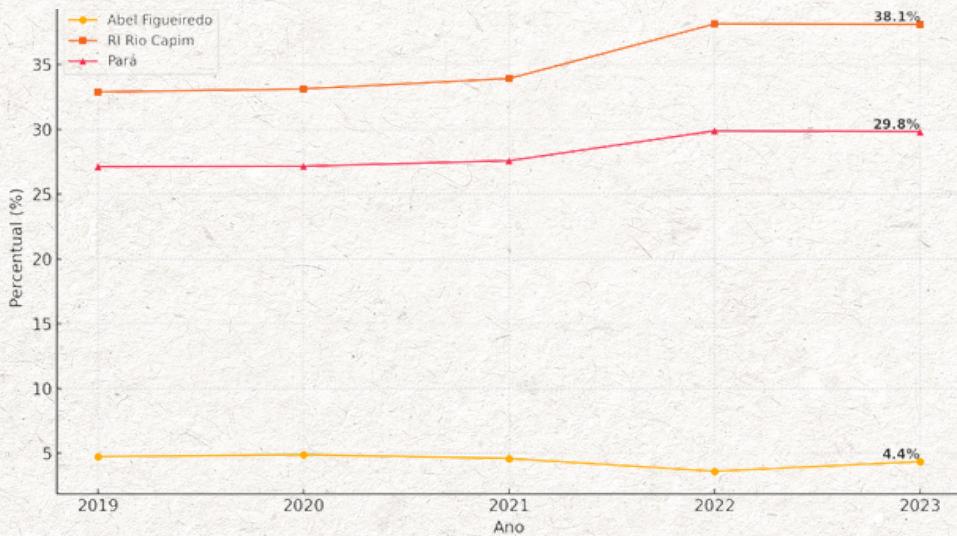


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O município de Abel Figueiredo apresentou relativa estabilidade no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo. O índice foi de 4,8% em 2019, repetido em 2020, e teve ligeira queda para 4,6% em 2021. Em 2022, houve recuo para 3,6%, com discreta alta em 2023, encerrando o período em 4,4%. Esses valores demonstram uma situação bastante controlada em comparação à média regional e estadual, evidenciando boas práticas ou melhor cobertura de coleta domiciliar no município (Gráfico 22).

Na RI Rio Capim, o cenário é mais preocupante, com o indicador partindo de 33,1% em 2019 e aumentando para 38,1% em 2023. O estado do Pará também mostra crescimento: de 27,2% em 2019 para 29,8% em 2023. A análise aponta que Abel Figueiredo mantém índices significativamente melhores que os demais recortes territoriais, o que pode estar associado à gestão local de resíduos sólidos mais eficiente, embora a tendência geral no Pará revele a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir acesso universal a serviços adequados de coleta e destinação de lixo(Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

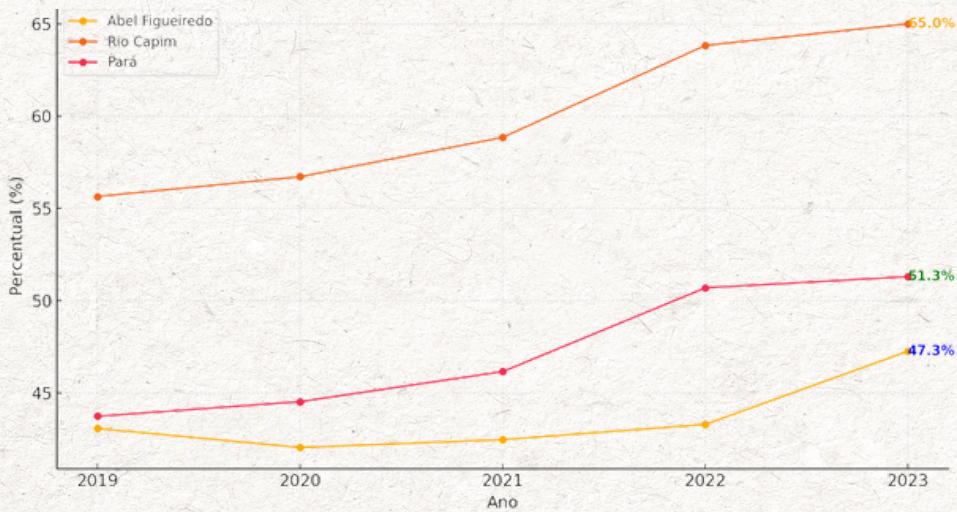


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Abel Figueiredo, o percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar era de 43,4% em 2019, caiu para 41,8% em 2020 e se manteve relativamente estável até 2022, com 43,0%. Em 2023, houve aumento expressivo para 47,3%, interrompendo a tendência de estabilidade. Isso indica um retrocesso nas condições de saneamento para as camadas mais vulneráveis, possivelmente relacionado à ausência de políticas estruturantes ou manutenção de infraestrutura. Ainda assim, o município segue abaixo da média da RI (Gráfico 23).

A Região de Integração Rio Capim apresentou os piores percentuais: de 55,8% em 2019 para 65,0% em 2023, com crescimento contínuo. No estado do Pará, o indicador variou de 43,1% em 2019 para 51,3% em 2023, também com tendência de alta. O comportamento geral revela que a problemática do saneamento precário em populações de baixa renda persiste e se agravou na maioria dos territórios, exigindo atenção prioritária para programas de universalização do saneamento básico, sobretudo nas regiões mais afetadas (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar,
Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



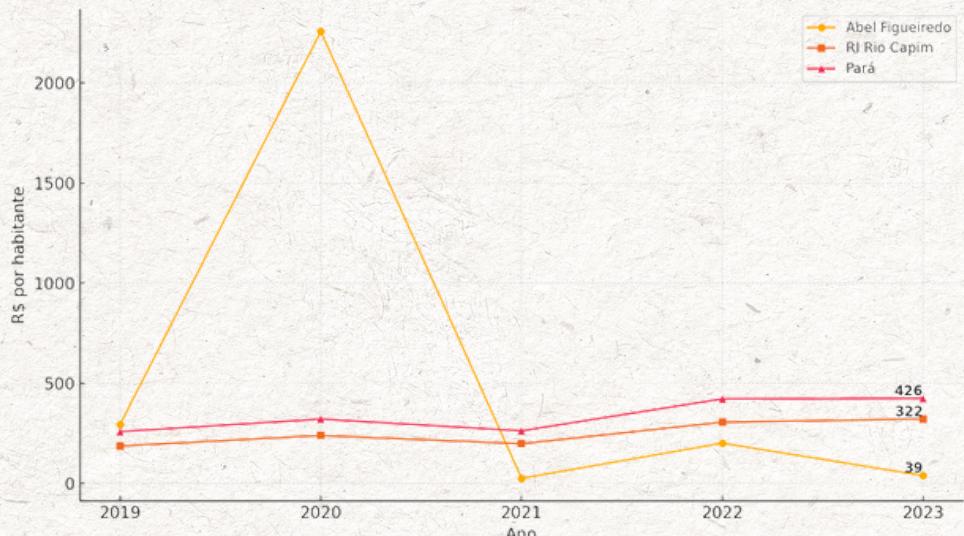
Gastos per capita com prevenção de desastres

Abel Figueiredo apresentou forte oscilação nos gastos per capita com prevenção de desastres. Em 2019, o valor foi de R\$ 308,81, seguido por um salto em 2020 para R\$ 2.250,76, o mais elevado da série. No entanto, em 2021, ocorreu queda drástica para apenas R\$ 16,50. Nos anos seguintes, os valores foram R\$ 210,93 (2022) e R\$ 39,43 (2023), revelando baixa estabilidade e ausência de uma política contínua na área. A Região de Integração Rio Capim manteve valores estáveis e moderados, saindo de R\$ 201,86 em 2019 para R\$ 322,17 em 2023 (Gráfico 24).



No estado do Pará, os gastos também cresceram de forma progressiva: R\$ 261,59 em 2019, R\$ 321,17 em 2020, leve queda em 2021 (R\$ 266,44), e subsequente alta para R\$ 426,11 em 2023. A trajetória estadual demonstra uma política mais estruturada e crescente, ao contrário da instabilidade observada em Abel Figueiredo. A diferença entre os picos e os vales no município indica planejamento pontual, possivelmente vinculado a emergências, sem continuidade no investimento. Isso compromete a resiliência local frente a riscos ambientais (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 39/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Abel Figueiredo apresentou valores extremamente baixos ao longo de todo o período para despesas per capita com preservação aquática. Em 2019, o gasto foi de apenas R\$ 0,28, mantendo-se quase inalterado até 2022, com R\$ 0,47. Apenas em 2023 houve um leve aumento para R\$ 1, ainda muito inferior à média estadual. A RI Rio Capim seguiu comportamento semelhante, com valores entre R\$ 0,77 (2019) e R\$ 4 (2023), o que indica baixa priorização do tema no orçamento local e regional (Gráfico 25).

O estado do Pará, por outro lado, apresentou

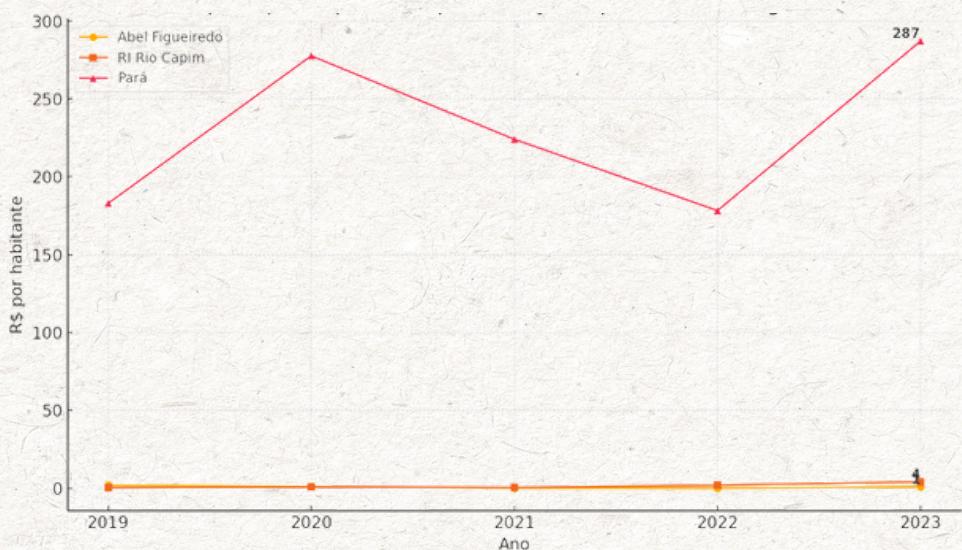
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



investimentos significativamente maiores: R\$ 183,21 em 2019, R\$ 278,41 em 2020, R\$ 224,12 em 2021, queda para R\$ 178,23 em 2022 e forte aumento para R\$ 287,38 em 2023. Essa tendência aponta para maior institucionalização da agenda de proteção dos recursos hídricos em âmbito estadual. A discrepância entre os níveis territoriais sugere que municípios e regiões ainda carecem de mecanismos ou capacidade para incorporar investimentos sistemáticos em preservação aquática, apesar da relevância ambiental do tema para o Pará (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

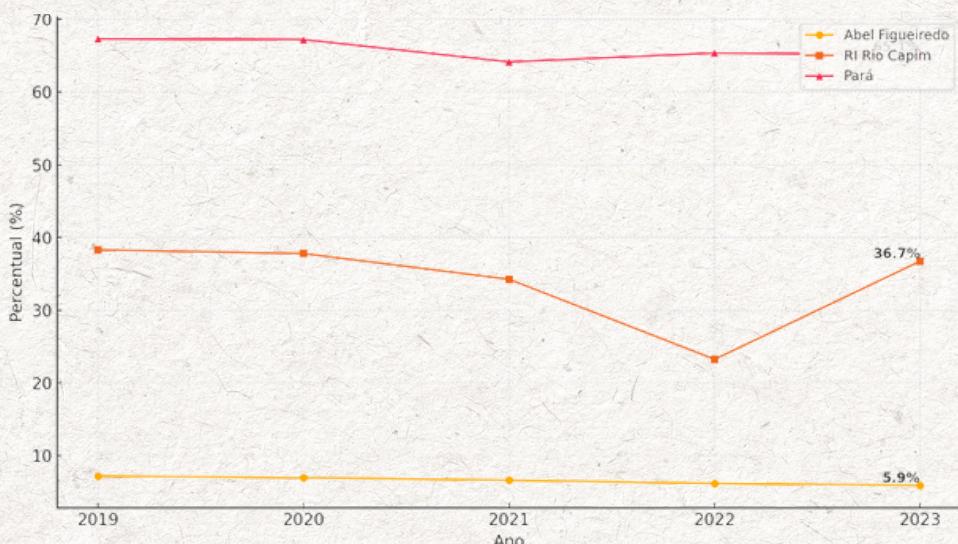
O percentual da área de floresta em relação à área total em Abel Figueiredo permaneceu praticamente estável entre 2019 e 2022, variando entre 6,8% e 6,3%, até cair para 5,9% em 2023. Esses números são significativamente inferiores aos observados na Região de Integração Rio Capim e no estado do Pará, demonstrando o alto grau de supressão da vegetação nativa no município. A RI Rio Capim iniciou o período com 38,5% em 2019, caiu para 23,6% em 2022, mas recuperou parte da cobertura florestal em 2023, alcançando 36,7% (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou estabilidade, oscilando leve-

mente entre 66,9% (2019) e 65,1% (2023), mantendo-se como uma das regiões de maior cobertura florestal relativa do país. O comportamento do estado sugere que, apesar do desmatamento em algumas áreas, a cobertura florestal segue amplamente preservada em sua totalidade. Em contrapartida, os dados de Abel Figueiredo e da RI evidenciam pressões mais intensas sobre a vegetação nativa, podendo estar associadas à expansão agropecuária, uso urbano e exploração madeireira. Isso reforça a necessidade de políticas locais mais robustas de reflorestamento e conservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

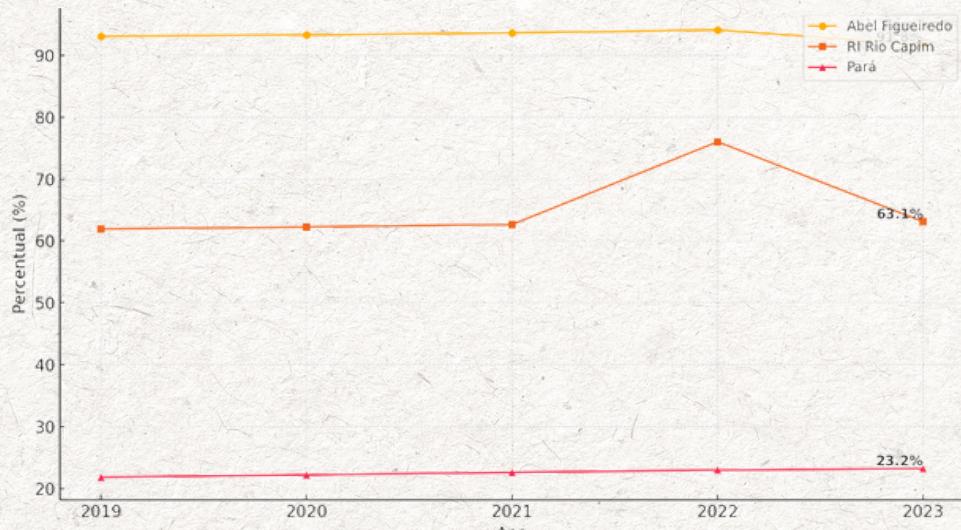
Abel Figueiredo manteve percentuais extremamente elevados de área desmatada em relação à área total durante todo o período analisado. O índice variou entre 93,6% (2019) e 94,1% (2022), com uma pequena redução em 2023 para 91,8%. Isso significa que praticamente toda a área do município já se encontra desmatada, restando apenas fragmentos florestais. Esse cenário indica uma pressão ambiental histórica e contínua, e reforça o dado anterior de baixa cobertura florestal (Gráfico 27).

A Região de Integração Rio Capim apresentou percentuais

também elevados, partindo de 61,8% em 2019, subindo para 75,7% em 2022 e recuando para 63,1% em 2023. Já o estado do Pará manteve percentuais mais baixos: de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse contraste evidencia que a degradação ambiental é muito mais severa em regiões específicas como Abel Figueiredo, o que demanda atenção diferenciada em políticas públicas de recuperação ambiental. A reversão dessa tendência exige ações de restauração ecológica, controle fundiário e incentivos à produção sustentável (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

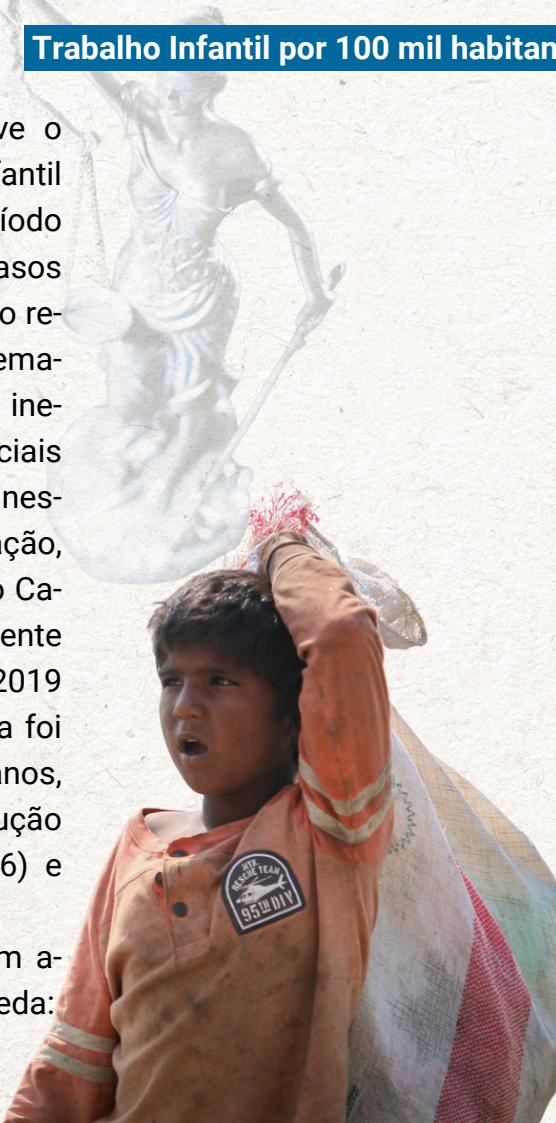
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Abel Figueiredo manteve o indicador de trabalho infantil zerado durante todo o período de 2019 a 2023, com 0 casos por 100 mil habitantes. Isso representa um cenário extremamente positivo e indica a inexistência de registros oficiais do problema no município nesse intervalo. Em comparação, a Região de Integração Rio Capim reduziu significativamente os casos: de 31,9 em 2019 para 9,1 em 2023. A queda foi contínua ao longo dos anos, com destaque para a redução de 36,8% entre 2020 (20,6) e 2021 (16,0) (Gráfico 28).

O estado do Pará também apresentou tendência de queda:

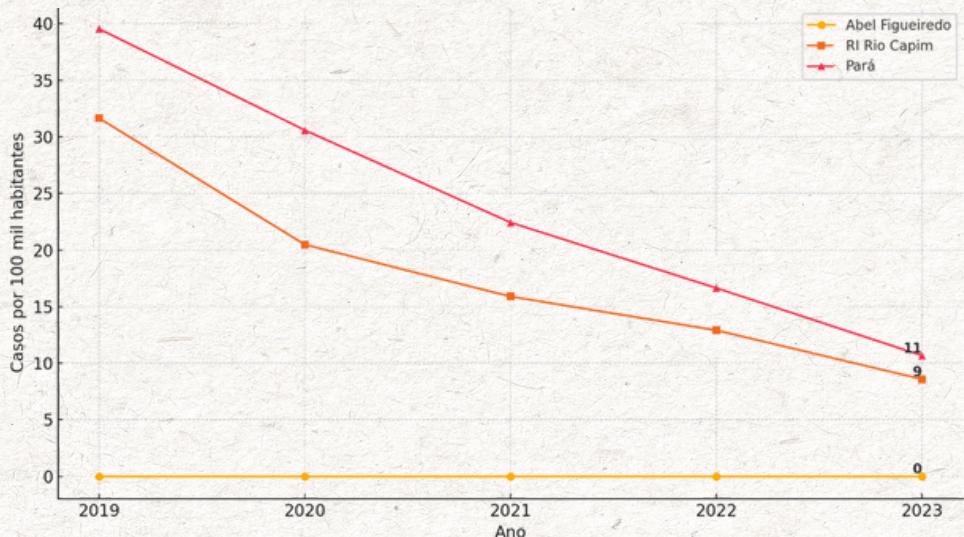


Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

partiu de 39,2 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 30,6 em 2020 e seguiu declinando até atingir 11,4 em 2023. Essa redução de mais de 70% demonstra eficácia progressiva das políticas públicas de combate ao trabalho infantil em nível estadual. Apesar disso, Abel Figueiredo se destaca positivamente por não registrar nenhum caso, ainda que seja importante considerar a possibilidade de subnotificação. O dado sugere que, ao menos no registro oficial, o município alcançou a erradicação dessa violação de direitos (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

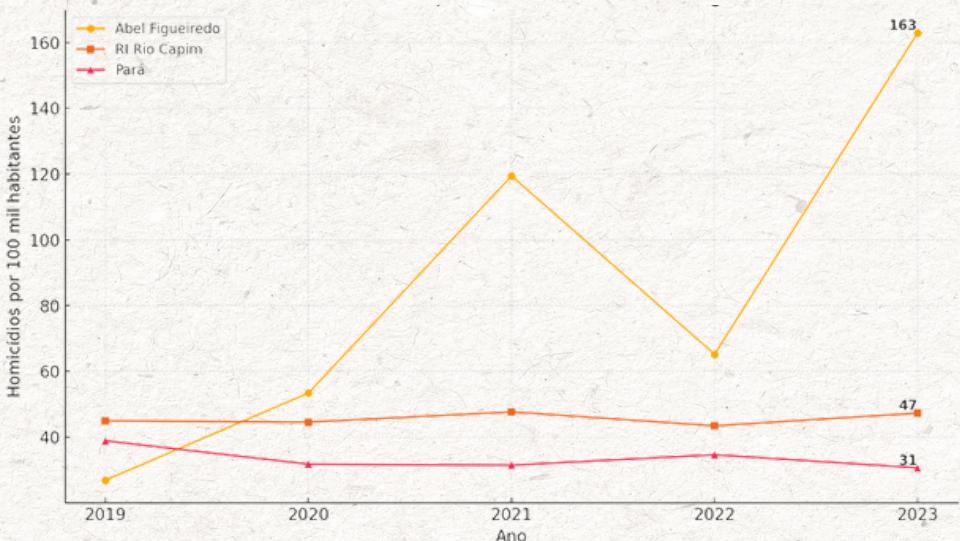
Abel Figueiredo registrou forte aumento na taxa de homicídios ao longo do período. Em 2019, eram 26,8 homicídios por 100 mil habitantes, subindo para 54,1 em 2020 e 119,1 em 2021. Após queda para 65,4 em 2022, o indicador atingiu o pico de 163,0 em 2023, o maior valor da série. Essa escalada representa um aumento de mais de 500% em relação a 2019 e revela um agravamento severo da violência letal no município, exigindo resposta urgente das autoridades locais (Gráfico 29).

A Região de Integração Rio Capim mante-

ve-se relativamente estável, variando entre 44,7 (2019) e 47,4 (2023), com leve oscilação. Já o estado do Pará apresentou uma tendência de leve queda: partiu de 38,9 em 2019, caiu para 31,0 em 2023, após pequenos recuos e avanços ao longo do período. Comparado a esses territórios, o crescimento da taxa em Abel Figueiredo é alarmante e destoa do padrão estadual e regional. O município passou a registrar, em 2023, uma das maiores taxas de homicídios da série, o que demanda intervenções específicas em segurança pública, inclusão social e justiça criminal (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





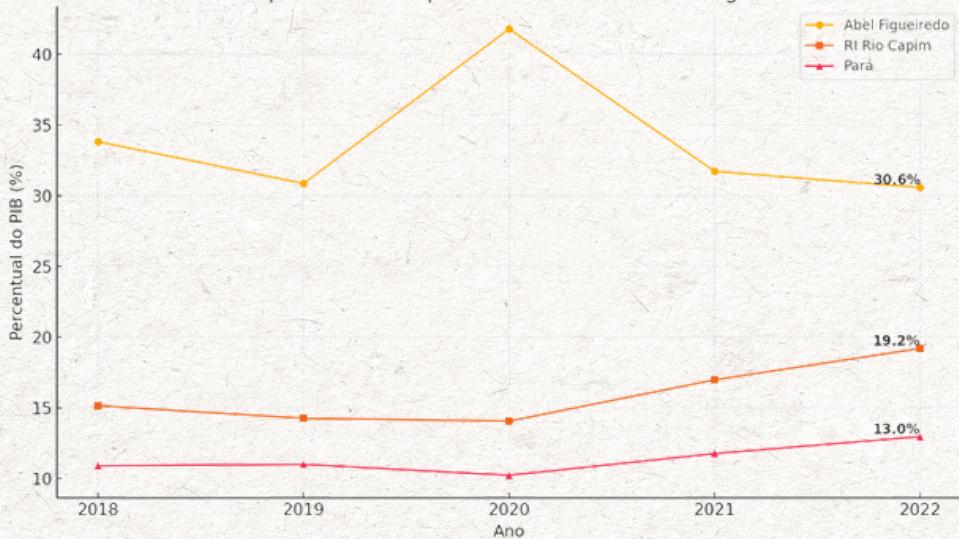
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O município de Abel Figueiredo apresentou variações significativas no gasto público como percentual do PIB entre 2018 e 2022. Em 2018, o percentual era de 33,9%, caindo para 31,0% em 2019. Em 2020, observou-se um aumento expressivo, atingindo o pico de 42,0%, seguido por reduções em 2021 (31,8%) e em 2022 (30,6%). Essa oscilação sugere que o município utilizou políticas anticíclicas mais intensas no início da pandemia e, posteriormente, reduziu o esforço fiscal. Ainda assim, Abel Figueiredo manteve um patamar elevado de participação do gasto público no PIB, superior à média estadual e regional (Gráfico 30).

Na Região de Integração Rio Capim, os per-

centuais foram mais estáveis e crescentes a partir de 2020. O indicador iniciou em 15,2% em 2018, manteve-se em 14,3% em 2019 e 2020, subindo para 17,0% em 2021 e 19,2% em 2022. Já o estado do Pará apresentou valores significativamente mais baixos, com pequena variação de 11,1% (2018) a 13,0% (2022). Isso evidencia uma maior dependência dos municípios da RI e do estado de fontes de receita externas ou menor capacidade de investimento. Em comparação, Abel Figueiredo demonstra maior peso das finanças públicas locais sobre sua economia, o que pode refletir maior presença do setor público na dinâmica municipal (Gráfico 30).

**Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB,
Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2018-2022)**



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



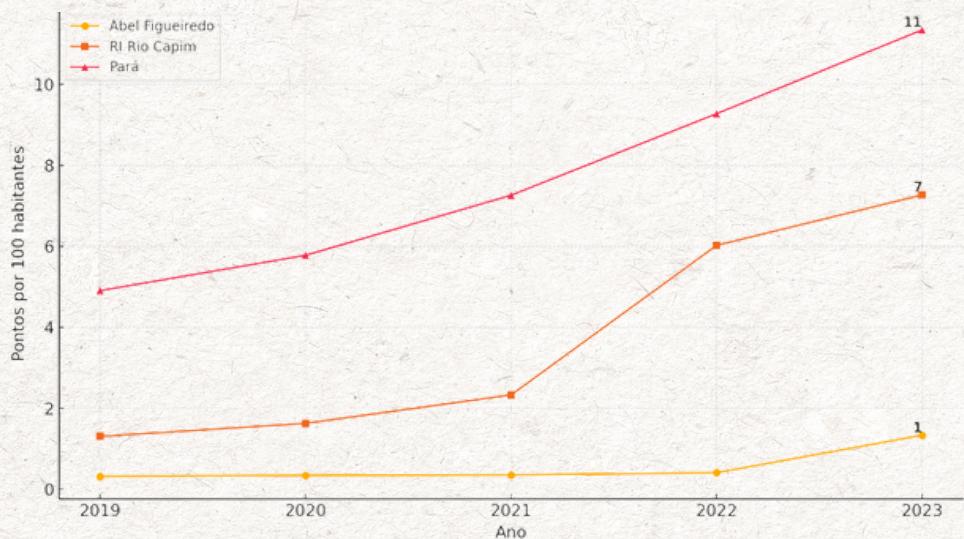
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Abel Figueiredo apresentou crescimento tímido, mas contínuo, na taxa de acesso à banda larga fixa. O município iniciou com 0,3 pontos por 100 habitantes em 2019, manteve esse valor até 2021, avançando para 0,4 em 2022 e alcançando 1,3 em 2023. Apesar da melhora, esse patamar ainda é bastante inferior à média estadual e regional, evidenciando a precariedade do acesso digital na localidade. Esse cenário pode limitar o desenvolvimento educacional, econômico e institucional, sobretudo em um contexto de transformação digital crescente (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Capim, a taxa au-

mentou de 1,3 pontos em 2019 para 7,1 em 2023, com forte aceleração a partir de 2021, quando passou de 2,3 para 6,0 pontos em 2022. Já o estado do Pará demonstrou crescimento constante, saindo de 4,9 em 2019 para 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023. Esses avanços indicam investimentos mais significativos em infraestrutura de conectividade em nível estadual e regional. A discrepância entre os valores mostra que Abel Figueiredo ficou para trás no acesso à internet fixa, sugerindo a necessidade de políticas específicas para inclusão digital e expansão da infraestrutura de telecomunicações no município (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

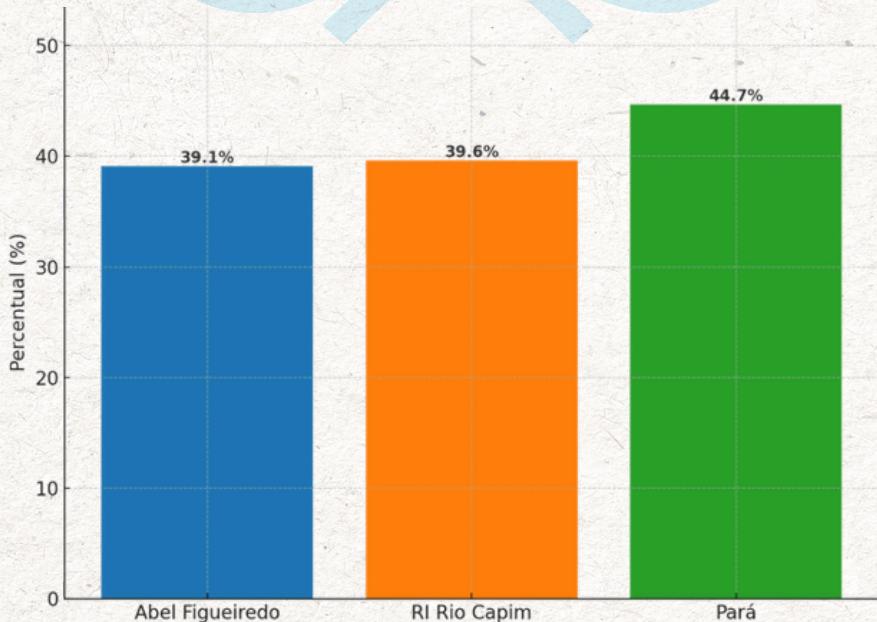
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Abel Figueiredo** registrou um IDS de **39,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Abel Figueiredo x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



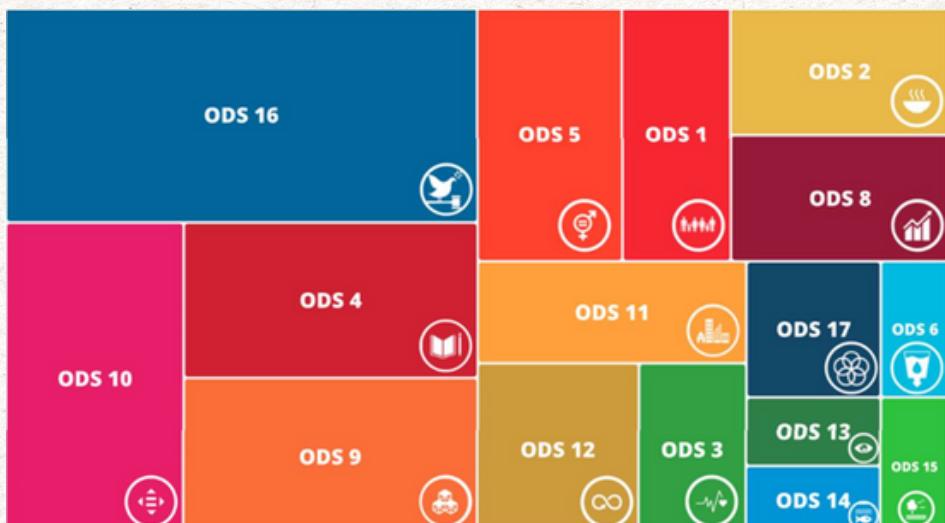
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Abel Figueiredo na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Abel Figueiredo e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

